



Ata da 33.ª Reunião de Câmara | Ordinária

04 de dezembro de 2023, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a trigésima terceira reunião de Câmara, ordinária.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
6. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Esteve ausente, por motivos devidamente justificados, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Emília de Fátima Moreira dos Santos (Coligação Maia em Primeiro).

Esteve presente em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Maria Alexandra Leite da Silva Torres Teles de Menezes (Coligação Maia em Primeiro).

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Período de Antes da Ordem do Dia**



A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que era um dia histórico na Área Metropolitana do Porto, porque quase quatro anos depois ter sido lançado um concurso público internacional para a concessão dos transportes públicos rodoviários, era o primeiro dia útil em que a nova operação iniciava nos cinco lotes da AMP, com exceção da Maia. O que sabiam era que teria sido a Câmara da Maia a solicitar ao operador que ganhou o concurso do lote 1, onde a Maia se inseria, que iniciasse a operação com as novas linhas, os novos horários, só no próximo ano. A Primeira pergunta era, quando ia começar a nova operação no lote 1 – Maia-Matosinhos-Trofa. A Senhora Vereadora colocou outra questão que se prendia com o seguinte: à data de hoje casos como pessoas que viviam em Pedrouços, e que se queiram deslocar à zona industrial da Maia, Rua de Fiães, junto à BIAL, demoravam duas horas para cada lado a chegar aos locais de trabalho em transporte público. Deu nota a Senhora Vereadora que estava na hora de se alterar esta situação. Se querem que as pessoas andem em transporte público, não os podiam tratar daquela maneira; miúdos que estudam no ISMAI, que vivem em Pedrouços, demoravam cerca de uma hora e meia em transporte público; pessoas que trabalhavam na zona industrial da Maia e que moravam em Águas Santas, nomeadamente junto à zona da Porto Editora, também demoravam cerca de uma hora e meia para cada lado em transporte público. Mais disse a Senhora Vereadora que estava na hora de alguém olhar parar isto, e realmente as pessoas poderem deslocar-se dentro do Concelho da Maia. E atendendo agora à nova oferta que a Maia tinha, fazer estas ligações. Na estação de metro de Mandim tinha o autocarro à hora que chegava o Metro para os transportar e fazer as adaptações que a rede precisava. Outra questão que o PS também já tinha levantado várias vezes, era o facto de os horários nas paragens continuarem a não existir. Chegavam a uma paragem de transporte público rodoviário e continuavam a não saber a que horas passava o autocarro. A Senhora Vereadora aproveitou também para referir que a linha 10 da Maiatransportes mudou o seu trajeto não indo agora à Areosa, e havia vários idosos na zona de Águas Santas e Pedrouços que tinham fisioterapia e apoio médico na zona da Areosa, porque tinha ali várias clínicas. Deixou a Senhora Vereadora essa sugestão de se poder falar com o operador para voltar a colocar a linha 10 a ir à Areosa, o que fazia muita diferença para as pessoas idosas, porque não podiam andar desde a fonte luminosa de Pedrouços a pé até a zona do viaduto, porque tinham alguma dificuldade de locomoção. Mais referiu a Senhora Vereadora



que era uma oportunidade para todos, uma oportunidade para mudarem a oferta e convencer mais pessoas a utilizarem o transporte público, achando que na Maia era preciso olhar para esta situação com algum cuidado, e que as pessoas mereciam outra atenção.

O Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha interveio, referindo que um morador em Milheirós, na Rua da Arroteia, muito próximo da fronteira entre Nogueira e Milheirós, e a Rua da Arroteia a partir de uma determinada altura é em paralelepípedo, passava para a Rua da Vessada, e era aí que o morador tinha grandes dificuldades devido à creche, que tinha sempre muitos carros estacionados, porque a rua era muito estreita, e não era possível cruzar na Rua da Vessada carro com carro. O morador mostrou essa preocupação ao Senhor Vereador, sugerindo a possibilidade de colocar a rua em sentido único. O Senhor Vereador disse que colocaria essa questão à Câmara, e que efetivamente já tinha estado a ver e realmente era estreito, os passeios eram reduzidos, com viaturas estacionadas, tudo isso em horários de maior afluência de tráfego. Solicitou o Senhor Vereador se seria possível efetuar alguma intervenção na Rua da Vessada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que essa Rua da Vessada corresponde à antiga E.N. 318-1 que ia desde a Milaneza até S. Romão do Coronado. A rua teve sempre dois sentidos, e que era óbvio que neste momento tinha muito mais trânsito do que há uns anos atrás. O Senhor Presidente referiu que a pavimentação desse arruamento era toda em cubos já que se tratava de uma zona mais tradicional e que se havia o entendimento que nas zonas mais tradicionais permanecesse o pavimento em cubos. Nessa zona a que o Senhor Vereador se referia, havia uma creche infantil, que é propriedade da Câmara Municipal, acontecendo que os pais ao levarem as crianças ao infantário estacionavam na rua, que não era larga, criando entropia no trânsito. E que para solucionar esta questão a Câmara já acordou a aquisição de um terreno ao lado da creche infantil, por forma a aí vir a criar um parque de estacionamento para toda a logística da creche infantil, mas também para terem um acesso viário pela Rua da Vessada. Mais referiu o Senhor Presidente que, no próximo ano, esta questão estaria resolvida.



Relativamente à operação de transporte rodoviário de passageiros, o Senhor Presidente referiu que o lote 1 tinha iniciado o serviço no dia 01 de dezembro. A Maia, excecionalmente, já tinha em operação, antes mesmo do concurso público, um conjunto de linhas, operadas por transportadoras privadas, que excediam a quota em mais de quatrocentos mil quilómetros por ano, ou seja, a Maia estava a consumir a mais do que aquilo a que tinha direito. Como no concurso público havia uma cláusula que permitia aumentar em 10% o número de Km de produção, este incremento tinha de ser doseado entre os três Municípios, Maia, Matosinhos e Trofa, pelo que à Maia corresponderia algo entre 3 a 4 %. Todavia, os tais 400.000 Km já representavam 4,98%. Mais referiu o Senhor Presidente que conseguiu o acordo da Sra. Presidente de Matosinhos e do Sr. Presidente da Trofa para que a Maia mantivesse os tais quatrocentos mil quilómetros que estavam em efetivação. Para o efeito foi elaborada uma ata assinada pelos três municípios e comunicada à Autoridade Metropolitana de Transportes; a partir desse momento foi a AMP que operacionalizou o processo.

Mais referiu o Senhor Presidente que, a partir do mandato de 2021, a Câmara da Maia como que tinha revolucionado os transportes públicos no Concelho e que todo esse incremento foi sendo pago pelos cofres da Câmara da Maia.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves interveio, referindo que quando a Senhora Vereadora Sandra Lameiras começou a descrever a situação da Maia em matéria de transportes àquela data, o Senhor Vereador apanhou um grande susto, porque a realidade e o estado caótico descrito acontecia em Gaia, em Paredes e em Arouca, não acontecia na Maia. Na Maia a operação tinha iniciado com a normalidade possível e estava a correr bem. Quanto à questão do acréscimo da percentagem, que teve que ser negociada com os Municípios de Matosinhos e da Trofa, foi por uma questão muito simples. O concurso começou a ser tratado em 2015, e em 2015 a realidade de transportes era uma realidade diferente da de hoje. De 2015 a 2021 perceberam que havia alguns problemas na rede da Maia, e havia que reforçar ofertas, até porque o progresso era estimulado através da utilização de transportes públicos, e a utilização dependia dos mesmos. Conscientes dessa realidade não ficaram presos à realidade que estava desenhada em 2015, e foram melhorando a rede, mas era evidente que essa melhoria de rede não correspondia ao que estava delineado desde 2015, para que a Câmara, perante essa situação, e em



sede desse concurso, ficasse com menos oferta do que aquela tinha naquele momento.

A Chefe da Divisão de Energia e Mobilidade, Adelina Rodrigues, prestou esclarecimentos de natureza técnica, referindo que a operação tinha começado no dia 01 de dezembro conforme estava prevista. Inicialmente houve uma série de contratemplos não relacionados com a Maia, mas com o lote 1 relacionados com Trofa e Matosinhos. Na Maia têm vindo a ser feitos *upgrades* na rede, e os quilómetros que a Maia tinha atualmente, em termos de oferta e de circuito, eram cerca de quatrocentos mil quilómetros a mais do que o que estava lançado, e do que foi a concurso e foi dito sempre à AMP que não poderiam regredir em termos de oferta de circuitos e de horários. Isso foi um problema, porque a AMP queria avançar com o que estava em concurso, só que o que estava em concurso era uma rede de 2015/2017, que não tinha que ver com a que a Maia tinha atualmente. Entretanto, descobriram que Matosinhos estava atualmente a praticar quinhentos mil quilómetros a mais do que o que estava em concurso, e a Maia tentou ir buscar esses quilómetros. Inicialmente Matosinhos concordou, mas depois disseram que não queriam abdicar desses quilómetros, sendo a única alternativa a Maia usar os 10% que o lote 1 na totalidade tinha de margem, para manter a rede, e foi isso que aconteceu; a Maia gastou 5% desses 10% que existia de margem para serem gastos ao longo dos sete anos de concurso. A exigência da Câmara da Maia foi manter a rede conforme estava, porque eram dos únicos Municípios a aumentar o número de passageiros na AMP, e que fosse carregada como estava. No dia 01 de dezembro a rede manteve-se exatamente como estava, porque quem ganhou o lote 1 foi a Vianorbus à qual a Maiatransportes pertencia ficando a funcionar tudo igual. Existiam algumas linhas que não eram operadas pela Maiatransportes, que estavam com umas ligeiras diferenças, eram as antigas linhas da Arriva e que agora estavam a ser operadas pela Transdev, que o Município tinha pedido para ajustar, e tinham sido ajustadas conseguindo também que fossem feitas como estavam anteriormente, mantendo-se a funcionar tudo igual ao que a Maia já tinha. Mais referiu a Chefe da Divisão de Energia e Mobilidade, que mesmo assim e já tendo pedido à AMP para manter os circuitos e ofertas exatamente como tinham, a AMP achava que alguns dos circuitos não faziam sentido, e embora tivessem carregado a rede conforme o pedido, havia frequências que não eram iguais, nomeadamente a



linha 51. A Chefe da Divisão de Energia e Mobilidade estava a fazer um levantamento para enviar para a AMP, durante o mês de dezembro, para serem corrigidos esses desvios, estando naquele momento a Maiatransportes a fazer exatamente igual como estava, incluindo a linha 51 que era feita por outro operador. Quanto à questão dos autocarros, a Maiatransportes não tinha ainda os autocarros caracterizados porque, como o lote 1 esteve em risco de não avançar, os autocarros não foram todos caracterizados. Ia ser uma caracterização progressiva que ficou acordada com a AMP, para poder avançar o lote em Matosinhos, na Trofa e na Maia, assim como também os novos autocarros iam chegar progressivamente, contando que até fevereiro esteja tudo regularizado. As paragens, tinha de ser a autarquia a tratar do procedimento para mudar, foi feito um procedimento para alterar todas as paragens, e depois foram confrontados com a questão de ter de alterar tudo novamente, o que criou um atraso, sendo iniciado um novo procedimento para serem feitas as alterações dos pontos de paragem.

O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal, no processo desenvolvido a partir de 2021, tinha procedido à substituição das paragens, dotando-as de um maior conforto e de uma nova imagem. Entretanto, com este novo concurso metropolitano adveio uma nova imagem pelo que haverá lugar a alterações, aproveitando-se o momento para resolver a questão da afixação dos horários.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras referiu que o era importante analisar em termos técnicos, era, por exemplo, uma pessoa que vivia em Pedrouços, trabalhava na zona industrial da Maia, na Rua de Fiães, e demorava duas horas para cada lado, porque saía no apeadeiro e tinha de andar dois quilómetros até ao trabalho; por exemplo, o transporte de passageiros flexível devia dar resposta a este serviço. A outra questão era a ligação do ISMAI a Pedrouços, do ISMAI a Águas Santas, porque os alunos de ISMAI também não tinham transporte, e este atravessamento do Concelho, para quem estudava e trabalhava, principalmente na hora de ponta e do almoço, devia ser coberto, e foi isto que a Senhora Vereadora tinha dito que era preciso resolver. Relativamente à operação, de facto tinha afirmado que no dia 01 de dezembro, que só no lote 1 a operação não tinha iniciado, mas se fossem ao site da Maré, que era o operador que ganhou o lote 1, estava lá o comunicado que dizia "não haverá alterações nesta rede no dia 01 de dezembro, a rede continuará a sua operação normal, e atempadamente serão divulgadas todas



as informações relativas à transição da rede Maré para a rede Unir", o operador foi quem fez esta comunicação, a dizer que não ia arrancar com a operação no dia 1 de dezembro.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves referiu que felizmente a situação que a Senhora Vereadora, à força queria tornar real, não se verificava. Não valia a pena insistir em retratar uma realidade que não existia. Mais referiu o Senhor Vereador que estranho seria que uma operação daquela envergadura, que envolvia a Área Metropolitana do Porto, que no exato segundo em que começasse a operação, corresse tudo às mil maravilhas. Comparativamente a outros municípios, naquele contexto, a Maia era um paraíso.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras prosseguiu a sua intervenção referindo que relativamente à questão da rede, a sua interpretação dos factos era: em 2015 o Governo publicou o regime jurídico de serviço público de transportes; relativamente aos horários das paragens, a Câmara lançou um concurso público internacional para colocar painéis, que na altura a Senhora Vereadora tinha feito sugestões, e no que concerne à informação ao público estavam na mesma, como antes. No que dizia respeito as paragens, e o que dizia o concurso público da AMP era que as que tinham abrigo quem devia lá colocar a informação ao público era o operador, a Câmara só precisava de colocar nas paragens que não tinham abrigo, e era nesse sentido que deviam ir para o terreno o mais rápido possível. Deu nota a Senhora Vereadora, que a adaptação que foi feita da rede estava muito bem, podiam era ter feito logo em 2015 para isso entrar em 2019 no caderno de encargos do concurso público, como não foi feito tiveram que ir agora buscar os 5%, mas provavelmente não iria deixar muita margem para fazer mais algumas otimizações, que eram necessárias fazer, nomeadamente os casos que tinha falado.

O Senhor Presidente referiu que, e apesar dos novos circuitos implementados serem um absoluto sucesso, poderia ser necessário fazer algum ajustamento, e que tal consistiria na otimização e da conformação com os outros meios de transporte, designadamente a STCP, o Metro e o Comboio e interagi-los. E, nomeadamente através do Transporte Flexível, levar as pessoas à STCP, ao Metro e ao Comboio e vice-versa, de forma a que as pessoas se sintam mais confortáveis.



A Chefe da Divisão de Energia e Mobilidade, Adelina Rodrigues, referiu que em relação aos STCP estavam a criar linhas novas, e em 2024 ia arrancar uma linha nova na Maia, para encurtar a linha do 600, criando a linha do 605, estando a Câmara municipal a articular com os STCP, para otimizar e melhorar a oferta que a Maia tinha.

O Senhor Presidente deu nota que se ia melhorar a performance da linha 600, que era das melhores linhas da STCP, fazendo-a passar mais por Barca. Era o melhor para todos e até para o serviço da STCP, podendo tirar maior rentabilidade dessa linha. O Senhor Presidente referiu que a Senhora Vereadora Sandra Lameiras se apresenta como muito sabedora, mas que, e também por isso, tinha que reconhecer que a Maia estava muito melhor, que fez um caminho por sua conta e risco tendo arcado com esses custos. Mais referiu que quis entregar esta situação à operação da AMP, mas não foi possível, e que após o concurso eventualmente será possível equacionar esta questão do transporte flexível.

2. Aprovação da ata da 27.ª reunião de Câmara ordinária pública de 16 de outubro de 2023

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 27.ª reunião de Câmara ordinária pública de 16 de outubro de 2023, **aprovada por unanimidade**. Não participaram na votação a Senhora Vereadora Maria Alexandra Leite da Silva Torres Teles de Menezes e o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

3. Aprovação da ata da 28.ª reunião de Câmara extraordinária de 23 de outubro de 2023

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 28.ª reunião de Câmara extraordinária de 23 de outubro de 2023, **aprovada por unanimidade**. Não participaram na votação as Senhoras Vereadoras Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras e Maria Alexandra Leite da Silva Torres Teles de Menezes por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.



4. **MDPT – Maia Cidade do Desporto 2023: atribuição de um subsídio a título excecional ao Maiastars – Clube de Desporto, Cultura, Ambiente e Solidariedade Social, no valor de €32 000,00 (trinta e dois mil euros), tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara na realização do “Maia Handball Cup 2023” – 19.º Torneio Internacional, em várias instalações desportivas municipais**

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 44 938/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio excecional ao Maiastars – Clube de Desporto, Cultura, Ambiente e Solidariedade Social, no montante de €32 000,00 (trinta e dois mil euros), junto com a cedência de instalações desportivas e o apoio logístico para a realização do “Maia Handball Cup 2023”, **aprovada por unanimidade.**

5. **Apoio no custo das inscrições dos Escoteiros/Escuteiros residentes no concelho em 2023 – a atribuir à Associação de Escoteiros de Portugal (AEP) e ao Corpo Nacional de Escutas (CNE), com o limite máximo de €13 235,00 (treze mil duzentos e trinta e cinco euros)**

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 46 213/23

Depois de submetido a discussão e votação foi o apoio no custo de inscrição de escoteiros/escuteiros em 2023, até ao limite máximo de €13 235,00 (treze mil duzentos e trinta e cinco euros), mediante atribuição de uma comparticipação financeira de até €1160,00 (mil cento e sessenta euros) à Associação de Escoteiros de Portugal (AEP – Escoteiros de Portugal) e €12 075,00 (doze mil e sessenta e cinco euros) ao Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Escutismo Católico Português, **aprovado por unanimidade.**

6. **Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha para a realização do evento “Rock in Quires”**



Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 53 366/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, no valor de €6000,00 (seis mil euros), **aprovada por unanimidade**, destinado a suportar despesas inerentes à promoção e organização do evento “Rock in Quires 2023”.

7. **Atribuição de um subsídio a título excecional à Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), no valor de €12 000,00 (doze mil euros) tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara na realização das “Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários – Esports 2023”**

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 53 171/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio excecional à Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), no montante de €12 000,00 (doze mil euros), **aprovada por unanimidade**, destinado à realização das “Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários de Esports 2023”.

8. **Celebração de um contrato de locação com a Academia de Ginástica da Maia, para a utilização do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária do Castelo da Maia, no valor total de até €33 000,00 (trinta e três mil euros) /ano, com vista ao aumento dos horários de treino a disponibilizar às Associações Desportivas sedeadas no Município**

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 42 161/23

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, referindo que tinha dúvida sobre o porquê da locação ser à academia, e depois disponibilizar a outras coletividades.



O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, referiu que era um pavilhão desportivo que foi construído aquando da construção da escola secundária do Castelo da Maia pela Parque Escolar, e na altura em foi construído a Câmara fez como em todos os pavilhões que tinha, entrou em contacto com o Ministério da Educação, para que a Câmara Municipal ficasse a gerir o equipamento fora das áreas escolares, e depois fazer um contrato como tinham em alguns pavilhões. Na altura disseram que não era possível, porque estas novas escolas eram geridas pela Parque Escolar, e a Parque Escolar olhava para os pavilhões de outra forma, para prestar apoio à escola, mas também para ser uma fonte de receita de alugueres fora das horas escolares, não havendo a possibilidade de a Câmara Municipal ficar a gerir esse equipamento. Posteriormente a isso, a Câmara Municipal foi surpreendida com um contrato assinado entre a Parque Escolar e esta Associação, que era da Maia, em que esta Associação, por um lado, fez um conjunto de investimentos, nomeadamente em equipamento de uma sala do pavilhão e colocou esses equipamentos à disposição das turmas de desporto da escola, e em contrapartida a Parque Escolar dava-lhes a gestão do pavilhão, para com essa receita cobrir quer o investimento, quer todas as despesas relacionadas com o funcionamento do pavilhão, nomeadamente a limpeza e um conjunto de despesas. Com esse contrato, esta Associação ficou a gerir o equipamento, e naturalmente geriu como entendeu, começando a alugar o espaço fora do horário escolar a várias coletividades, umas da Maia, e outras de fora da Maia.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho referiu que foi essa situação que tinham debatido há uns anos, do aluguer a uma equipa de São Mamede de Infesta.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro referiu que esse assunto tinha sido trazido pelo Senhor Vereador na altura com alguma indignação, como é que estavam coletividades de fora do concelho a treinar no concelho, quando não havia espaço para as coletividades da Maia. Tinha sido por esta via. Deu nota o Senhor Vereador que o contrato era válido com o Estado, e a Câmara por sua vontade, não era parte, decidiu acercar-se junto da coletividade, que mostrou sempre a máxima disponibilidade, dizendo que a Câmara Municipal estava interessada em ficar com as horas fora do horário escolar para distribuir pelas coletividades da Maia, como faziam em todos os pavilhões, e estava disponível para dar uma comparticipação financeira,



não o preço de tabela que era cobrado, nem o preço de mercado, mas um valor que permitisse de facto suportar os custos que a Associação tinha com a gestão do equipamento, e uma amortização do investimento que tinham feito, e continuavam a fazer com a escola.

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta, **aprovada por unanimidade**: 1. Autorização da celebração de um contrato de locação/arrendamento com a Academia de Ginástica do Castelo da Maia para utilização do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária do Castelo da Maia, mediante o pagamento de €25,00 (vinte e cinco euros)/hora, durante 11 meses, até ao limite de €33 000,00 (trinta e três mil euros), por época desportiva; 2. Autorização da retroatividade do contrato a 1 de setembro de 2022 e o pagamento no ato de assinatura do contrato das rendas vencidas.

9. Proposta Programa Municipal de Saúde Sénior 60+, para o ano de 2023/2024 – Planeamento das atividades e quantificação financeira

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Saúde, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 56 321/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta, **aprovada por unanimidade**: - realização do Programa Municipal de Saúde Sénior 60+, cuja despesa total previsível ascende a €45 900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos euros); - aprovação das minutas de Protocolos de Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, Instituições Públicas do Concelho, assim como os Parceiros Científicos; - aceitação de patrocínios e implementação do Programa para o ano letivo 2023/2024.

Não participou na votação o Senhor Vereador Francisco Vieira de Carvalho, tendo-se declarado impedido nos termos do artigo 69º do CPA.

10. Operação Maia Melhor – Atribuição de uma comparticipação não financeira à Santa Casa da Misericórdia da Maia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do



Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 55 906/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de uma comparticipação não financeira à Santa Casa da Misericórdia da Maia, no montante estimado de €2453,10 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e dez cêntimos), correspondente ao abastecimento de até 1326 litros de gasóleo mensais, durante seis meses, **aprovada por unanimidade**.

Não participou na votação o Senhor Vereador Francisco Vieira de Carvalho, tendo-se declarado impedido nos termos do artigo 69º do CPA.

11. Proposta de postura de trânsito na Rua de Sangemil, freguesia de Pedrouços

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 48 487/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a implementação de sinalização de trânsito proibido a veículos superior a 3,5t, exceto serviços públicos, no troço da Rua de Sangemil, entre o complexo de armazéns da antiga SAPEC e a Rua Guerra Junqueiro, no sentido nascente-poente, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

12. Proposta de postura de trânsito no entroncamento da Rua Trindade Coelho com a Rua Camilo Castelo Branco, freguesia de Águas Santas

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 51 079/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração das prioridades no entroncamento conforme planta anexa, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.



13. **Aprovação da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal e estabelecimento de medidas preventivas, para a Rua Manuel Assunção Falcão, freguesia do Castelo da Maia, a Travessa da Anta, freguesia do Castelo da Maia e na Rua Sem Nome, 2010, freguesia de Pedrouços, conforme delimitação constante das plantas anexas**

Informação emanada da Divisão de Planeamento Territorial – registo n.º 40 119/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta **aprovada por unanimidade**, dando conhecimento do parecer favorável da CCDRN à proposta de suspensão do PDM da Maia e estabelecimento de medidas preventivas bem como aprovação final da proposta de suspensão do PDM e estabelecimento de medidas preventivas.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 126.º bem como o n.º 1 do art.º 137.º, ambos do RJIGT.

14. **Relatório de Execução e Programação Estratégica da Execução do Plano Diretor Municipal da Maia – Programa Anual de Concretização das Opções e Prioridades de Desenvolvimento Urbanístico do Concelho para 2024**

Informação emanada da Divisão de Planeamento Territorial – registo n.º 56 837/23

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, referindo que esperava que este fosse o último relatório da programação deste PDM, uma vez que a decisão estava em curso, esperando que fosse aprovada brevemente. Tendo em conta aquilo que era o horizonte deste plano, que fazia quinze anos em janeiro que aquela proposta foi publicada, gostava o Senhor Vereador de centrar a sua intervenção naquilo que era referido quanto à taxa de execução, e sobretudo a taxa de execução daquilo que era infraestrutura pública, não interessava se as ruas tinham sido arborizadas ou não, embora fosse importante, e por executar nesse capítulo ficaram por executar 23%, mas mais do que isso, naquilo que era efetivamente infraestrutura pública bruta. Rede viária, equipamentos e áreas verdes, e aquilo que ficava por executar em rede viária eram 68%, aquilo que ficava por executar dos equipamentos coletivos eram 66%, e aquilo que faltava executar nas áreas verdes eram 74%, quando a Maia incorporava a bandeira que nas áreas verdes era pioneira e estava



nos primeiros lugares dos rácios, estes números de execução do PDM levantavam algumas dúvidas relativamente a essa informação que tinham vindo a receber por parte do executivo, e que era publicada relativamente a estas taxas. A pergunta do Senhor Vereador era muito simples, ou o PDM pecava por excesso, por ter sido demasiado propositivo, ou a execução pecava por defeito, ou então a interpretação do Senhor Vereador estava errada. A eficácia deste relatório de execução era importante para terem a informação, mas era diminuta quanto aos resultados, e nesse sentido, quinze anos volvidos, a taxa de execução andava à volta, na média da infraestrutura pública bruta, entre os 25% e os 30%, o que parecia ao Senhor Vereador substancialmente pouco. Gostava o Senhor Vereador de ouvir alguma explicação sobre aquilo que era factual, e aquilo que se estimava efetivamente como PDM, documento estratégico, em que devia ter sim estes relatórios anuais de execução, lembrando que muitas outras Câmaras não tinham ainda, mas era uma prerrogativa do regulamento, e se tinham era um instrumento que facilitava a agilidade da execução, e o que podia concluir era que neste caso não facilitou.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que as Câmaras ao redor não estavam há quinze anos para rever o PDM, estavam há muitos mais. A Câmara da Maia elaborou um PDM em 1994, depois uma revisão em 2009, e uma alteração em 2013, estando agora a rever pela terceira vez. Com este nível de intervenção só o município do Porto, e que nos outros municípios a revisão que estavam a fazer ou fizeram foi-a pela segunda vez. Quanto à execução, o Senhor Presidente não punha em causa os rácios que o Senhor Vereador tinha referido, mas dificilmente conseguiam fazer mais, quer em termos de espaços verdes, quer em termos de rede viária, quer em termos de intervenção no espaço público. Mais referiu o Senhor Presidente que a propositura podia ser excessiva, porque colocavam nas ambições e nos documentos assuntos para décadas.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves interveio, referindo que não valia a pena estar a escamotear as percentagens. O PDM, além de verter as condições legais, também devia ter muito de planeamento de natureza regular. Não era apenas uma carta de navegação com coordenadas concretas, mas era também a sinalização de determinados caminhos que se quer percorrer. Ao Senhor Vereador, e era nesse sentido que muitas vezes via e não só a nível do PDM, o excesso de



otimismo com que se quer executar, mas era mais preocupante que as percentagens não correspondessem ao máximo das capacidades de execução.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda interveio, referindo que desde a entrada em vigor do PDM a Câmara Municipal da Maia executou outros espaços verdes públicos, que não estavam previstos no PDM, nomeadamente o Parque Urbano dos Amores, o Parque Jardim da Nortecoope, a reformulação do Parque Urbano do Novo Rumo, o Parque Maia, a zona desportiva da cidade, e o próprio documento referia exatamente isso. Havia uma grelha, uma fórmula, mas também havia um conjunto grande de parques e de áreas verdes que foram concretizados e não previstos no PDM.

Depois de submetido a discussão e votação foi o Relatório de Execução e Programação Estratégia da Execução do Plano Diretor Municipal da Maia – Programa Anual de Concretização das Opções e Prioridades de Desenvolvimento Urbanístico do Concelho para 2024, **aprovado por unanimidade**.

15. Processo de alteração aos lotes 1, 2 e parcela sobrance do loteamento n.º 41/79 alterado pelos aditamentos n.ºs 35/21 e 9/22, em nome de Município da Maia

Depois de submetido a discussão e votação foi o parecer prévio não vinculativo da alteração aos lotes 1, 2 e parcela sobrance do loteamento n.º 41/79, alterado pelos aditamentos n.ºs 35/21 e 9/22, com sujeição às condições impostas na informação técnica prestada no PI:4145/23,2, **aprovado por unanimidade**.

16. Aprovação do Regulamento Municipal da Biblioteca Doutor José Vieira de Carvalho

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 59 086/23

Depois de submetido a discussão e votação foi o Regulamento Municipal da Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

17. Aprovação do Regulamento da Taxa Municipal Turística da Maia



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 58 369/23

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho interveio, referindo que em 2022 a Maia teve mais de duzentas e sessenta mil visitas, o que já era um volume significativo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que era preciso mais um hotel no centro da cidade e outro na zona desportiva para apoiar e que funcionasse como centro de estágio.

O Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto interveio, referindo que em discussão pública meia dúzia de entidades hoteleiras tinham dado sugestões, que não integravam a proposta, estando o Senhor Vereador bastante curioso para ver que opiniões foram dadas, porque na proposta dizia que, praticamente, as sugestões estavam todas vinculadas no regulamento, mas não era bem isso, porque grande parte das unidades hoteleiras que deram contributos eram todas contra o pagamento da taxa. Achou o Senhor Vereador também curioso a sugestão da Junta de freguesia de Moreira, em que pedia 25% da percentagem da faturação da taxa.

Depois de submetido a discussão e votação foi o Regulamento da Taxa Municipal Turística da Maia, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

18. Pedido de isenção de taxas de frequência da piscina de Gueifães, 2 horas semanais, de outubro de 2023 a julho de 2024 – Associação de Amigos Criança Diferente

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 47 827/23

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Amigos Criança Diferente, **aprovado por unanimidade**.

19. Pedido de isenção de taxas de frequência da piscina de Gueifães, no período de outubro de 2023 a junho de 2024 - 2 horas semanais –



APPACDM da Maia – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 47 831/23

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela APPACDM da Maia – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, **aprovado por unanimidade.**

20. **Celebração de escrituras de compra e venda das frações autónomas do “Empreendimento Municipal da Arroteia, sito na Rua da Arroteia, n.º 224, 228, 234, 240, 242, 248, 254, 256, 258, 260 e 264 na freguesia de Pedrouços, concelho da Maia”**

Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 55 370/23

Foi tomado conhecimento.

21. **Celebração de escrituras de compra e venda das frações autónomas do “Empreendimento Municipal da Arroteia, sito na Rua da Arroteia, n.º 224, 228, 234, 240, 242, 248, 254, 256, 258, 260 e 264 na freguesia de Pedrouços, concelho da Maia” - Sérgio Paulo Gomes da Silva Soares**

Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 56 952/23

Foi tomado conhecimento.

22. **Assembleia Municipal da Maia – Deliberações tomadas na 6.ª sessão extraordinária de 17/11/2023**

Ofício da Assembleia Municipal da Maia – registo n.º 57 688/23

Foi tomado conhecimento.

23. **Concurso Público por lotes, com publicitação internacional para a celebração de dois Acordos Quadro Singulares para beneficiação de vias municipais**

Proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato



Depois de submetida a discussão e votação foram a proposta de adjudicação e a minuta do contrato, **aprovadas por unanimidade**.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas dezanove horas e seis minutos o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 19 (dezanove) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Gisela Neves

Maia e Paços do Concelho, 04 de dezembro de 2023